

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 5

Atena
Editora
Ano 2020

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 5

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-31-3 DOI 10.22533/at.ed.313201302</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO PERMANENTE DE PROFESSORES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	
Sandra Patrícia Nascimento Kuroki	
DOI 10.22533/at.ed.3132013021	
CAPÍTULO 2	14
O INGRESSO E A PERMANÊNCIA DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Jaliane Soares Borges dos Santos Jakline Soares Borges dos Santos Janice Soares Borges dos Santos Souza Rogério Pacheco Rodrigues Geane Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3132013022	
CAPÍTULO 3	24
SUBJETIVIDADES DO SER HUMANO CONTEMPORÂNEO: TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Aracéli Girardi da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3132013023	
CAPÍTULO 4	30
O ACOMPANHAMENTO DE UM ADOLESCENTE COM MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS NO PROAMDE/UFAM EM PARINTINS - AMAZONAS	
Naiana Lima Rodrigues Lucas Diógenes Leão Mariana Pereira de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.3132013024	
CAPÍTULO 5	43
A EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: ENSINO NO CONTEXTO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA	
Rosikelly Macedo Gonçalves Cabral Juliana Moraes Franzão Renata Araújo Guizzetti	
DOI 10.22533/at.ed.3132013025	
CAPÍTULO 6	53
AS IMPLICAÇÕES DAS FORMAÇÕES INICIAL E CONTINUADA DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS : ANÁLISE DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA EM FEIRA DE SANTANA -BAHIA	
Carleia de Araujo Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3132013026	

CAPÍTULO 7	64
A EDUCAÇÃO CIDADÃ E O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO	
Helce Amanda de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.3132013027	
CAPÍTULO 8	72
A FUNÇÃO PÚBLICA DE AVALIAR A EDUCAÇÃO SUPERIOR	
Adelcio Machado dos Santos	
Joel Haroldo Baad	
DOI 10.22533/at.ed.3132013028	
CAPÍTULO 9	79
ARTEFACTOS TECNOLÓGICOS MEDIANTE LA PLATAFORMA VIRTUAL EDUCAPLAY: UNA MIRADA DESDE LAS ESTRATEGIAS DE APRENDIZAJE	
Jakeline Amparo Villota Enríquez	
Carlos Arturo Lucumi Charrupi	
Maribel Villota Enríquez	
Heriberto González Valencia	
Javier Truquez	
DOI 10.22533/at.ed.3132013029	
CAPÍTULO 10	97
ANÁLISE DO COMPORTAMENTO APLICADA E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: CONHECIMENTO DE PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO	
Marcus Vinicius da Rocha Santos da Silva	
Mychelle Maria Santos de Oliveira	
Najra Danny Pereira Lima	
Mayanny da Silva Lima	
Thalia Costa Medeiros	
Valeria Silva Carvalho	
Maria Camila da Silva	
Thais Costa Medeiros	
Gilma Sannyelle Silva Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.31320130210	
CAPÍTULO 11	110
FORMAÇÃO CONTINUADA AUTOINSTRUCIONAL – UMA ANÁLISE BASEADA NA EXPERIÊNCIA DOS TUTORES DE UM CURSO A DISTÂNCIA	
Nádia Cristina de Azevedo Melli	
Eliana Cristina Nogueira Barion	
DOI 10.22533/at.ed.31320130211	
CAPÍTULO 12	117
A AVALIAÇÃO DE TURMAS DO ENSINO MÉDIO UTILIZANDO TESTES CUJO MODELO SEGUEM A PADRONIZAÇÃO DO ENEM	
Gustavo Nogueira Dias	
Gilberto Emanuel dos Reis Vogado	
Wagner Davy Lucas Barreto	
Eldilene da Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.31320130212	

CAPÍTULO 13	128
A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E CONHECIMENTO	
Valmir Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.31320130213	
CAPÍTULO 14	141
ENTRE A DELIMITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE TUTORIA EAD	
Leandro Ortunes	
Roberta Sposito Gausachs	
DOI 10.22533/at.ed.31320130214	
SOBRE A ORGANIZADORA	151
ÍNDICE REMISSIVO	152

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E CONHECIMENTO

Data de aceite: 31/01/2020

Data da Submissão: 20/12/2019

Valmir Pereira

Universidade Estadual da Paraíba

Campina Grande - PB

<http://lattes.cnpq.br/0112962944181662>

RESUMO: Este estudo tem como objetivo estabelecer a relação entre trabalho e conhecimento para extrair dessa equação o processo de divisão de ambos. Como questão secundária abordaremos a concepção de indivíduo presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir da hipótese de que se trata de uma concepção liberal de ser humano. Assim, analisaremos as implicações da concepção liberal no campo do trabalho e da Educação e seus desdobramentos sociais a partir do referencial teórico-filosófico da Ontologia do Ser Social. Embora o liberalismo tenha na autonomia do indivíduo seu princípio fundamental, promove a separação entre o trabalho e o conhecimento e, portanto, a unidade entre o fazer e o pensar. O ser humano autônomo é aquele que consegue fazer o que pensa e pensar o que faz. O professor, como indivíduo, não consegue pensar o seu fazer pedagógico e o aluno, na mesma condição, não consegue relacionar suas experiências de vida com o que aprende na escola. Assim, acreditamos que a

escola, difusora do conhecimento, reproduz essa concepção liberal, principalmente na relação professor e aluno, o que pode ser constatado no volume que introduz os PCNs (MEC/SEF/PCN,1998). Na perspectiva liberal, professores são indivíduos que ensinam e os alunos são indivíduos que aprendem. Decorrido esse percurso, investigaremos se a divisão do trabalho dividiu também o conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Indivíduo. PCN. Ser social. Divisão do conhecimento. marxismo.

THE RELATION BETWEEN WORK AND KNOWLEDGE

ABSTRACT: this research has as goal stablish a relation between work and knowledge to extract from this equation the process of division in both. As a secondary matter we will talk about the conception of the individual in the National Curricular Parameter (PCN), beginning with the hypothesis that it is a liberal conception of human beings. Therefore, we will analyze the implications of this conception on the work and educational field and its social developments from the philosophical theorist referential of the Ontology of the Social Being. Although the liberalism has its fundamental base in the human autonomy, it promotes the split between work and knowledge and, thus, the combination of doing and thinking. The autonomous human

being is the one who can do what thinks and thinks about what does. The Professor, as individual, can't think of his "pedagogical doing" and the student, in the same condition, can't relate his experiences of life with what he learns at school. This way, we believe that school, spreading knowledge, reproduces this liberal conception, especially when it comes to the connection between teacher and student, what can be noted in the introductory volume of the PCNs (MEC/SEF/PCN, 1998). In the liberal perspective the teachers are individuals who teach and the students are those who learn. From this path and completing this study, we will investigate if the division of work has divided knowledge.

KEYWORDS: Individual. PCN. Social Being. Division of Knowledge

1 | INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na educação nas últimas décadas no Brasil, em especial as reformas educacionais da década de 1990, trouxeram várias implicações na formação dos alunos e nas propostas teórico-metodológicas que a escola vem adotando até o presente. Trata-se de um conjunto de modificações curriculares com ênfase na formação para o trabalho e para a cidadania, que seguem em sua essência o ideário neoliberal.

Ao analisar as mudanças ocorridas na educação, consideramos fundamental apontar as transformações pelas quais passou o capitalismo, desde a divisão do trabalho na manufatura, até o processo de reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo. É necessário porque a escola reproduz as relações sociais impostas pelo capital e, desta forma, espera-se que ela prepare a mão-de-obra requerida para reprodução do modo de produção capitalista.

Para isso, desenvolveremos uma retrospectiva histórica da manufatura à fábrica, demonstrando como o artesão ficou desprovido do controle de seu trabalho, tornando-se alienado. Partindo do conceito de trabalho de MARX (2006), demonstraremos como a divisão social do trabalho se processou historicamente e as consequências dessa divisão para o indivíduo. O conceito de divisão do trabalho no modelo fabril é desenvolvido a partir da obra de SMITH (1983), que serve de base para a instalação do novo modelo e que, posteriormente, foi aperfeiçoado por Taylor (1856-1915) e Ford (1863-1947).

Posteriormente, apresentaremos a organização curricular vinculada a reforma educacional desde a década de 1990, suas vinculações com o processo produtivo e com a concepção de trabalho no processo histórico.

Por fim, essa pesquisa tem como objeto, saber se a divisão do trabalho ocorreu apenas no interior da fábrica, ou se também dividiu o conhecimento.

2 | O PROCESSO DE TRABALHO, SUA DIVISÃO E ALIENAÇÃO

A categoria fundamental no pensamento de Marx, é o trabalho porque para ele:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Pois o homem não transforma apenas o material em que trabalha. Ele realiza no material o projeto que trazia em sua consciência. Isso exige, além do esforço físico dos órgãos que trabalham, uma vontade orientada para um objetivo, vontade que se manifesta pela atenção e controle das operações durante o curso do trabalho (MARX, 2003, p. 211-212).

Assim, do ponto de vista do filósofo alemão só o ser humano pode realizar trabalho, o que faz dele uma categoria ontológica, ou seja, relativa ao ser humano. Porém trata-se da Ontologia do Ser Social e, por isso, não pode ser confundida ou comparada com as ontologias medievais para as quais o Ser último é Deus.

A característica fundante do Ser é a sua indivisibilidade. Assim, o trabalho, compreendido como categoria ontológica não pode ser dividido. Porém, não é preciso desprender nenhum esforço explicativo para constatar-se que ele está dividido.

Para compreender a passagem do trabalho integral para o parcelar, temos como referência a transição do período medieval para o moderno e o contexto histórico dessas mudanças.

Em meados do século XII, os artesãos e os comerciantes estão divididos em comunidades profissionais (jurandas, corporações, guildas) em muitas cidades européias. Dominadas por comunidades de comerciantes, precocemente instrumentalizadas nas monarquias centralizadoras, as corporações formam unidades sócio-políticas, administrativas e econômicas de fundamental importância. Juntamente com os clãs familiares, elas constituem a base das pequenas sociedades urbanas medievais.

“As corporações protegem o artesão, como verdadeiras muralhas” (PETITAT, 1994, p. 51), contra o medo e a insegurança. Protegem-no contra a concorrência externa, de seus colegas, regulamentando de maneira minuciosa as técnicas, ferramentas, preços e salários, horas de trabalho, número de companheiros e de aprendizes, assim como a qualidade do produto.

Na altura do século XIII, os artesãos encontram-se à mercê dos comerciantes, pois são eles que fornecem as matérias-primas e o adiantamento para pagamento dos companheiros. Em certos casos, “chegam a fornecer até mesmo os instrumentos de trabalho” (PETITAT, 1994, p. 54).

Para escaparem da “muralha” organizada pelas corporações de ofício, os comerciantes passam a entregar as matérias-primas diretamente para os trabalhadores livres, no interior e nos subúrbios “onde a mão-de-obra foge ao controle

das comunidades de artesãos” (PETITAT, 1994, p. 54). Com este movimento, crescem as comunidades de artesãos independentes. Esta independência se dá apenas em relação às poderosas corporações, pois eles passam a depender das encomendas, das matérias-primas e das ferramentas que serão fornecidas pelos comerciantes.

Embora contratados pelos comerciantes, não fazem a mercadoria por inteiro, realizam apenas uma parcela do produto. O que realizam parcialmente torna-se matéria-prima para o outro. Assim, cada trabalhador livre passa a ser responsável por uma parte do processo de produção. O resultado do trabalho de um é o ponto de partida do outro. Um trabalhador dá ocupação ao outro. Neste sentido, o produto é a soma das partes realizadas por cada homem em diferentes lugares e estágios. Os trabalhadores que eram divididos por profissões, são substituídos por assalariados de acordo com o nível de qualificação. Inicia-se assim, a divisão social do trabalho e a conseqüente perda de autonomia do trabalhador.

Os comerciantes que estavam patrocinando as mudanças no modo de produção, buscaram na ciência, a alavanca necessária para acabar com os resquícios do feudalismo e controlar de vez os ganhos com o trabalho alheio. Entendiam que era preciso trazer o progresso, mas aliado ao conhecimento aceito pela maioria das pessoas, que era o científico. Apossar-se da natureza de forma mais rápida e transformá-la em mercadoria era o desejo desses comerciantes. Nesse sentido, “O controle da natureza se tornou viável graças à aliança da ciência com a técnica” (ARANHA, 2004, p. 159).

A ciência moderna nasce então vinculada à idéia de intervir na Natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. A ciência não é apenas contemplação da verdade, mas é, sobretudo, o exercício do poderio humano sobre a Natureza. Numa sociedade em que o capitalismo está surgindo e para que o capitalista acumule o capital, ele deve ampliar a capacidade do trabalho humano para modificar e explorar a Natureza. Para atender a esta necessidade, a nova ciência foi inseparável da técnica.

No período compreendido entre os séculos XVI e XVIII aconteceu o fortalecimento do sistema capitalista como modo de produção predominante, cuja expressão são as Revoluções Industriais, marcadas, por exemplo, pelo aparecimento da máquina a vapor, e que introduzem o processo de mecanização das indústrias.

O que permite compreender essas transformações, é que os homens começam a produzir de outra forma sua vida material. Essa nova forma de produção cria novas formas de relações sociais entre os homens. Assim, a Manufatura torna-se insuficiente e aos poucos é substituída pela grande indústria moderna, na qual o instrumento de trabalho será a máquina. Com a grande indústria, surge a produção capitalista. Marx traduz com maestria o significado das mudanças deste período, dizendo que:

[...] na manufatura e no ofício, o trabalhador se serve de seu instrumento; na fábrica, ele serve à máquina. Lá, o movimento do instrumento de trabalho parte dele; aqui ele apenas o segue. Na manufatura, os trabalhadores formam membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles são incorporados a um mecanismo morto que existe independentemente deles (MARX, 2003, p. 276).

A máquina iguala e nivela a todos os trabalhadores. Os trabalhadores são iguais, pois para trabalhar com a máquina é preciso possuir um mínimo já garantido pelo fato de ser homem. Em outras palavras, os trabalhadores são reduzidos a pouco mais do que uma aranha ou uma abelha. Não há mais segredos de ofício, nem hierarquia, e assim a subordinação do trabalho ao capital não tem limites. Esta subordinação só é possível por meio do trabalho alienado que é aquele que separa o produto do produtor, na medida em que aquele que produz não pode conceber no pensamento o que produz.

Na produção capitalista a propriedade ganha um outro significado. A propriedade típica não é mais a terra, mas os instrumentos de produção. Ela não é só uma coisa para possuir, para usufruir, mas, sobretudo para vender e para trocar. John Locke (1632-1704) exprimiu teoricamente os interesses da burguesia emergente. Como pai do liberalismo, ele apresenta os elementos da nova sociedade que está sendo construída afirmando que:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Ou seja, cada homem é proprietário de si, de seu corpo. E o homem se apropria das coisas pelo trabalho, que é o uso de seu corpo. Ele se apropria dos frutos de seu trabalho e daqueles que ele não consumiu imediatamente, que ele economizou. Desses princípios decorre que, se a apropriação se dá pelo trabalho, fica abolida a idéia de que todos os homens são livres, pois todos são proprietários de si, e de que todos os homens são iguais (LOCKE, 2001, p. 407-408).

Ao afirmar que existe uma igualdade inata entre os homens, Locke está rompendo com o passado, no qual os homens eram naturalmente desiguais. Havia os senhores e os escravos. No novo modelo, a troca passa a ser feita entre os iguais, entre proprietários e mercadorias. Por simetria, o trabalho de um homem é propriedade sua e, portanto, pode ser trocado, vendido por um salário. Assim, o trabalho se torna propriedade do comprador, que passa a ter direito de se apropriar desse trabalho. Se os homens estabelecem a troca como iguais não há para o liberalismo a contradição entre capital e trabalho. Afinal, os homens são livres e iguais. O livre contrato se transformou numa nova forma de servidão social, pela qual se subordina o assalariado ao proprietário privado. Esta subordinação só se viabiliza por meio do trabalho alienado, por isto ele é próprio do modo de produção capitalista.

Ao contrário do que ocorria nos sistemas domésticos de manufatura, nos quais era comum o trabalhador conhecer todas as etapas da produção, desde o projeto até a execução, a partir da implantação do sistema fabril, isso não foi mais possível, devido à crescente complexidade resultante da divisão social do trabalho. Este complexo processo de transformação econômico-social resultou na submissão de massas de homens, mulheres e crianças às férreas leis do capital e reorganizou sua existência, mentalidade e aspirações, dando vida a um processo “educativo” bastante articulado, mas que girava em torno do princípio, já bem identificado por Marx, o da alienação, conceituado da seguinte forma:

Primeiramente, o trabalho alienado se apresenta como algo externo ao trabalhador, algo que não faz parte de sua personalidade. Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas energias físicas e mentais que provocam cansaço físico e depressão. Nessa situação, o trabalhador só se sente feliz em seus dias de folga enquanto no trabalho permanece aborrecido. Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado. O caráter alienado desse trabalho é facilmente atestado pelo fato de ser evidente como uma praga, desde que não haja a imposição de cumpri-lo. Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, de mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador, mas sim à outra pessoa que dirige a produção (MARX, 2004, p. 83).

A divisão social de trabalho, na fase industrial, conforme Adam Smith, pode ser entendida a partir do momento em que:

[...] introduzindo-se a divisão do trabalho, começaremos a sentir os efeitos imediatamente: um homem tirará o fio das prateleiras, um outro o endireita: um terceiro o corta, um quarto faz a ponta, um quinto esquenta uma das pontas para fazer a cabeça, outro afina a ponta oposta e assim por diante (SMITH, 1985, p.8).

A partir do que foi citado acima, escrito por Marx e Smith, compreendemos que a divisão do trabalho alienou o trabalhador e concentrou as riquezas nas mãos da classe social dominante, a burguesia. Embora os trabalhadores produzissem as mercadorias, não eram donos do produto do seu trabalho, que dividido, produzia sua alienação.

Para produzir sabemos que é necessário dominar determinados conhecimentos. Sobre a organização do conhecimento, é o que abordaremos a seguir.

3 | A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Esta forma de conceber a organização do processo produtivo, desenvolvida acima, não só promoveu a divisão do trabalho, mas dividiu também o conhecimento do trabalhador, que passou a dominar apenas a parte do conhecimento relativa ao seu

fazer imediato. Este processo, não atingiu somente o trabalho manual, ele estendeu-se para o âmbito do conhecimento produzido pela humanidade, o conhecimento científico, que foi, historicamente, dividido em disciplinas e apropriado, de forma privada, pelo especialista. Em outros termos, o conhecimento da totalidade do processo produtivo e a sua apropriação pelo coletivo dos trabalhadores, próprios das corporações de ofício deram lugar ao trabalhador especializado e, portanto, alienado e à apropriação privada do conhecimento pelo especialista.

A divisão social do trabalho, na sua forma capitalista gerou, também, a ruptura da unidade entre o fazer e o pensar e assim, o trabalhador manual faz e o trabalhador intelectual pensa o que deve ser feito. É comum abordar-se a divisão do trabalho manual, que foi exacerbada, sobretudo, depois da Revolução Industrial de 1850, e a conseqüente alienação do trabalhador fabril, porém, o trabalhador intelectual, aquele que só pensa o que deve ser feita também sofre a mesma alienação. Assim, o cientista, tal como o trabalhador manual é alienado porque também vende a sua força de trabalho, caracterizada pela produção de conhecimento, ao capital. O seu trabalho, do mesmo modo que o labor manual, também foi transformado em mercadoria.

A transformação do trabalho em mercadoria tira do ser humano a sua autonomia. O ser humano autônomo é aquele que consegue fazer o que pensa e pensar o que faz, ou seja, é capaz de desenvolver uma práxis criativa.

Ao abordar o processo de alienação, separação entre o fazer e o pensar, sofrido por todos os trabalhadores, Marx assinala que um trabalhador que durante sua vida inteira executa uma única operação, seja ela manual ou intelectual, se desumaniza, pois:

[...] transforma todo o seu corpo em órgão automático especializado dessa operação. Por isso, levará menos tempo em realizá-la que o artesão que executa toda uma série de diferentes operações. O trabalhador coletivo que constitui o mecanismo vivo da manufatura consiste apenas nesses trabalhadores parciais, limitados. Por isso, produz-se em menos tempo ou eleva-se a força produtiva do trabalho, em comparação com os ofícios independentes. Também aperfeiçoa-se o método do trabalho parcial, depois que este se torna função exclusiva de uma pessoa. A repetição contínua da mesma ação limitada e a concentração nela da atenção do trabalhador ensinam-no, conforme indica a experiência, a atingir o efeito útil desejado com um mínimo de esforço (MARX, 2003, p.394).

Por esta análise de Marx, fica evidente que a divisão social do trabalho é nociva ao trabalhador, mas bastante benéfica ao capitalista, pois este processo acelera a produção e, portanto, aumenta a acumulação de capital. Desta forma, o trabalho é ao mesmo tempo uma categoria ontológica fundamental e, na sua forma capitalista, é produtor de alienação e, portanto, de desumanização. Em síntese o trabalho é uma:

[...] atividade indispensável à humanização do ser humano, atividade que define a especificidade do ser humano perante todas as outras espécies de seres vivos, fundamento ontológico do ser do homem, apresenta-se, no capitalismo, como atividade que aliena o trabalhador de si próprio, de sua atividade e do gênero humano (DUARTE, 2001, p.67).

O trabalho e o conhecimento estão fragmentados pela especialização, por isto, o ser humano e a sociedade também sofrem este mesmo processo que, por conseguinte, também se expressa na educação:

A divisão social do trabalho é o modo pelo qual se estabelecem as relações de dominação no capitalismo, que se manifestam, no âmbito do conhecimento, através da fragmentação das ciências, que consiste numa demarcação de “territórios”, cujos domínios são protegidos da invasão de “estrangeiros”. A consolidação dos domínios de cada ciência particular, a demarcação de seus “territórios”, se dá pela criação de um vocabulário, de procedimentos metodológicos e, em alguns casos, de rituais, em nome da especificidade do objeto de estudo da ciência. O acesso a este aparato, denominado de científico só é permitido aos iniciados naquele campo do conhecimento humano, os outros são leigos, como numa seita ou congregação religiosa (ALMEIDA, 1996, p.32).

Como decorrência da fragmentação do conhecimento, que é produzido coletivamente, mas, apropriado individualmente pelos especialistas, a educação, que atua, fundamentalmente, na sua difusão às gerações mais jovens, reproduz este modo fragmentado de conhecer. Dois dos exemplos mais evidentes desse processo são a separação entre teoria e prática (intelectual e manual) e a fragmentação do currículo em disciplinas estanques.

Essa fragmentação se expressa também na sala de aula, onde os professores ensinam como se as suas disciplinas fossem as únicas e os alunos aprendem como se o conhecimento de cada disciplina decorresse de abstrações idealistas, feitas normalmente por “gênios”, que se dispuseram a trancar-se em laboratórios e gabinetes: dispuseram-se e não dispõem-se porque, para nesta concepção de educação, todo o conhecimento foi produzido no passado e de forma independente da história, uma vez que trata-se de um processo individual e livre do incômodo das contradições postas pela historicidade. Assim, o conhecimento precisa ser difundido do mesmo modo como foi produzido, ou seja, individualmente, mesmo quando a atividade pedagógica se realiza de forma dita coletiva, como por exemplo, por meio de “atividades” em grupo. As aulas são necessárias porque, estas “atividades” não são, necessariamente, atividades do pensamento, podem ser, meramente ocupacionais.

É nessa perspectiva que se situam, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs lançados pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e Cultura – MEC em 1997. Os PCNs formam uma totalidade que se expressa na soma das partes. Esta forma de organizar as disciplinas está ancorada na divisão social do trabalho. Analisando o livro que introduz os PCNs, no conjunto

das reformas em curso e a natureza das mudanças, DUARTE afirma que:

[...] a natureza e a direção dessas mudanças podem ser lidas nas contradições e ambigüidades do ideário pedagógico que dá sustentação a essas reformas. Esse ideário, segundo nossa interpretação, tem por referência central a concepção liberal de ser humano, concepção essa, muitas vezes camuflada por formulações aparentemente críticas em relação à sociedade contemporânea. Por estar referido à concepção liberal, o ideário pedagógico que perpassa as reformas educacionais contemporâneas carrega consigo as contradições da concepção liberal de ser humano (DUARTE, 2001, p.66).

Considerando esta passagem, ficam evidentes as intenções e as implicações desta concepção no âmbito da educação. Com o conhecimento dividido, pode-se reproduzir processos de dominação, pois seres humanos cindidos são incapazes de perceber a totalidade da vida e, por conseguinte, incapazes de compreender as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

A concepção liberal de sociedade presente nos PCNs, assim como na BNCC, traz duas consequências principais. Em primeiro lugar, a organização escolar volta-se para as elites, dando ênfase na “cognição, na criatividade, no uso das diversas tecnologias, no desenvolvimento das habilidades em diversos campos da cultura humana, na capacidade de desenvolver trabalho em equipe altamente qualificado” (DUARTE, 2001, p.67). Em segundo lugar, para atender as necessidades de reprodução do capital, uma outra educação, “destinada à grande maioria da população, caracterizada pela aquisição do mínimo possível de conhecimento” (DUARTE, 2001, p.67) indispensáveis ao processo de adaptação aos padrões de exploração do trabalho.

A escola não democrática tem persistido na sociedade liberal devido a inúmeros fatores, mas uma das funções principais da escola liberal é a legitimação da ordem econômica e social capitalistas.

Assim, a ampliação da rede escolar não significou a equalização de oportunidades, porque, à medida que o desenvolvimento do comércio e da indústria exigem maior escolarização, as crianças proletárias freqüentam escolas que em tudo diferem daquelas reservadas às classes dominantes. Na escola dualista, os jovens, de acordo com a origem social são encaminhados para a formação global, para a estrita profissionalização técnica ou, ainda, para a simples iniciação ao ler, escrever e contar.

MARX, quando concebe seu projeto de sociedade que é historicamente situado, aspira por uma classe operária revolucionária, capaz de destruir o Estado burguês e de criar uma sociedade pós-capitalista a partir da supressão da propriedade privada dos meios de produção. Critica a ideologia burguesa por ser individualista e idealista. Em oposição às teses liberais do contrato social, não concebe o homem “em estado de natureza”, considerando que o ser do homem é construído nas relações de

trabalho e, como tal, ele é antes de tudo um ser social.

O indivíduo é o ser social. A sua expressão vital – mesmo se não aparecesse na maneira direta de uma expressão vital coletiva, realizada junto a outras – é, portanto, uma expressão e uma confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a existência da vida individual seja necessariamente um modo mais especial ou mais geral da vida genérica, ou a vida genérica uma vida individual mais especial ou mais geral... O homem é, por conseguinte, um indivíduo especial, e esta característica torna-o um indivíduo e um ser coletivo realmente individual; é, ainda, a totalidade, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida em si (MARX, Apud SHAFF, 1967, p.66).

Isso significa que num primeiro momento, a subjetividade resulta das forças sociais que agem sobre o indivíduo, de modo que seus desejos, aspirações, valores e idéias são determinados por aquelas forças. Compreende-se assim a crítica feita por Marx ao idealismo burguês: “não são as idéias que movem o mundo, mas as idéias (formas de pensar, valores) é que são determinadas pelas condições materiais da existência humana”.

As relações do homem com a natureza no esforço de produzir a própria existência e as relações dos homens entre si explicam as formas do pensar como a filosofia, a ciência e a educação. Dessa forma, a educação encontra-se, sob o ponto de vista do materialismo marxista, na dependência das forças econômicas e políticas vigentes na sociedade.

Ao recusar o individualismo burguês, o marxismo rejeita também a concepção de liberdade e de igualmente individualistas, substituindo o espírito de competição pelos ideais de solidariedade e cooperação.

Na busca de uma igualdade efetiva, o marxismo critica a sociedade dividida em classes e, por isto, propõe a escola unitária na qual todos tenham o mesmo tipo de escolarização e não haja separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, como na escola burguesa, tanto a escola tradicional quanto a escola nova e as pedagogias das competências.

O trabalho e o conhecimento estão divididos e, porque divididos, expressam a totalidade como a soma das partes. Nesse modo de compreender a totalidade, cada componente curricular tem um objeto de estudo diferente, assim como, cada trabalhador executa uma parcela do processo produtivo. Para dar unidade ao conhecimento, será necessário dar unidade também ao trabalho. Esta unidade só poderá existir com o ser social, livre e universal.

Os verdadeiros problemas da educação que se manifestam na indisciplina e no desinteresse dos estudantes, no fracasso escolar (alunos que não aprendem) e no sentimento de impotência manifestado pelos professores diante da sua impossibilidade ou incapacidade de fazerem com que seus alunos aprendam (o

chamado mal estar docente), residem, de fato, na fragmentação do trabalho e do conhecimento.

Alguns pesquisadores do campo da educação propõem superar este problema por meio do conhecimento e, assim, defendem a supressão das fronteiras disciplinares pela adoção de posturas interdisciplinares que permitiriam que se chegasse à transdisciplinaridade que implicaria a eliminação de todas as disciplinas em favor de um conhecimento único. Segundo aqueles pesquisadores, a consecução de tal fito dependeria, sobretudo, da determinação dos professores e pesquisadores em assumir uma postura transdisciplinar, tanto no âmbito da pesquisa quanto no do ensino.

Estes pesquisadores têm razão quando afirmam que os principais problemas da educação residem na fragmentação do conhecimento, mas, estão enganados quando propõem a sua superação por meio da junção das disciplinas, porque, desta forma, a totalidade continua a ser a soma das partes.

A educação, quando compreendida a partir de referências marxistas, deve basear-se na Ontologia do Ser Social, porque ela permite compreender os problemas da educação a partir do Ser Social que por ser dotado de uma totalidade que não soma as partes, ao contrário, coloca-as em tensão dialética com o todo. Este modo de compreender a totalidade permite que se supere, ao mesmo tempo, a fragmentação do trabalho e a do conhecimento. Além disto, o entendimento dos problemas da educação a partir do Ser Social e não com base no conhecimento, permite que se perceba a indisciplina não apenas como decorrente do comportamento, o fracasso não apenas como decorrência, exclusiva de problemas cognitivos e a impossibilidade ou incapacidade dos docentes de fazerem com que seus alunos aprendam não somente como um problema de cunho metodológico.

4 | CONCLUSÕES

Diante do exposto no percurso dessa pesquisa e tendo em vista que nosso objeto foi identificar se a divisão do trabalho repercutiu na forma de organizar e difundir o conhecimento, podemos concluir que numa sociedade organizada a partir da divisão social do trabalho o conhecimento difundido pela escola também é dividido.

Nesse sentido, quando se pensa a ação pedagógica interdisciplinar, a ideia é somar as disciplinas. A soma das disciplinas reproduz a concepção de indivíduo no plano do conhecimento. Sendo assim, consideramos que os PCNs e a BNCC são hoje a expressão pós-moderna da divisão social do conhecimento.

Esse conhecimento dividido é decorrência da fragmentação da ciência, que contribuiu com o capitalismo nascente e fez da escola difusora dessa concepção.

Concluimos que a aplicação dos princípios do taylorismo e do fordismo na

educação, formam o especialista, que é o tipo de trabalhador que atendeu e ainda atende a esses modelos de produção.

O indivíduo assim concebido, é aquele capaz de vender sua força de trabalho, pois é proprietário dela. Ao ser proprietário, ele se torna livre e igual ao patrão. Nesse preciso sentido, não há nenhuma contradição entre capital e trabalho na sociedade burguesa. No entanto, entendemos que o indivíduo não pode ser dividido conforme propõe os liberais, pois, na perspectiva ontológica, não se pode somar as partes para compreender a totalidade do SER. Este se torna humano a partir do trabalho, que também não pode ser dividido, mas desenvolvido do seu planejamento ao produto final pela mesma pessoa.

A atuação da escola, prevista pelo Planejamento Político-estratégico do MEC, deve se restringir à gerência de operações. Assim, cabe ao professor acatar as diretrizes centrais e, com criatividade, encontrar as melhores maneiras de operacionalizá-las. Nesse sentido, o neoliberalismo busca difundir valores de uma sociedade que garanta a coesão social, necessária à superação dos desafios colocados pela reestruturação produtiva, iniciada nos anos de 1970, conservando as relações de dominação e exploração em vigor.

Com essa pesquisa, pretendemos contribuir para a discussão das reformas constantes na Educação, dos PCNEM à BNCCC, numa perspectiva de superação da concepção liberal de indivíduo, buscando a emancipação humana, sobretudo no âmbito da educação escolar, para não chegarmos a barbárie.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Luís Vieira de. **Interdisciplinaridade: uma questão histórica**. In Anais do IV Circuito PROGRAD Tema: “As disciplinas do seu curso estão integradas?”. São Paulo: Pró-Reitoria de Graduação, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à filosofia**. São Paulo, Moderna, 2003.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo, Ática, 2003.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: Crítica às aproximações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas, Autores Associados, 2001.

_____. (Org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, Autores Associados, 2004.

LOCKE, John. **Dois Tratados sobre o Governo**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos – filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: Crítica da economia ao capital.** Livro I, volume 1: O processo de produção do capital, Civilização brasileira, 2003.

PETITAT, André. **Produção da Escola/ Produção da Sociedade.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1994.

SCHAFF, Adam. **O Marxismo e o indivíduo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A., 1967.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações.** (Trad. Márcio Pugliesi) São Paulo, Global, 1985 (Coleção Bases 25).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso e permanência 15

Análise do comportamento aplicada 97, 98, 99, 100, 107, 109

Aprendizagem 2, 4, 6, 8, 15, 17, 18, 20, 21, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 73, 74, 98, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 112, 113, 116, 117, 121, 122, 127, 145, 146, 147

Artefactos tecnológicos 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89

Avaliação 4, 20, 62, 63, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 97, 100, 102, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 146

B

Brasil 2, 12, 14, 15, 16, 17, 22, 47, 51, 52, 58, 59, 60, 62, 63, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 96, 99, 108, 116, 121, 129, 139, 141, 145, 146, 147, 149, 150

C

Capitalismo 24, 129, 131, 135, 138

D

Divisão do conhecimento 128

E

Educação cidadã 64, 67, 70

Educação de jovens e adultos 1, 3, 4, 6, 11, 12, 53, 54, 63

Educação especial 22, 23, 98, 99, 108

Educação superior 16, 22, 27, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 149

Enem 19, 69, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127

Ensino fundamental 8, 17, 22, 26, 43, 44, 45, 74, 97, 98, 99, 100, 108

Escola sem partido 64, 65, 67, 68, 71

Estratégias de aprendizagem 79, 82, 86, 87, 92, 93, 94, 95

F

Formação permanente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13

I

Ideologia 64, 67, 69, 71, 136

Inclusão 4, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 55, 70, 75, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109

Indivíduo 24, 30, 32, 33, 38, 39, 41, 69, 70, 99, 101, 105, 113, 128, 129, 137, 138, 139, 140, 146

K

Kalunga 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52

M

Marxismo 128, 137, 140

Médias 117

Múltiplas deficiências 30, 31, 32, 41, 42

P

Parintins 30, 31, 32, 41

PCN 68, 128, 129

Plataformas virtuales educativas 79, 81, 83, 84, 85, 92

Práticas motoras 31, 35, 36, 37

Profissionalização docente 1, 6, 7, 11

Q

Quilombolas 43, 44, 45, 47, 50, 51

S

Ser humano 5, 8, 22, 24, 25, 28, 31, 57, 58, 128, 130, 134, 135, 136

Ser social 128, 130, 137, 138

Surdez 15, 16, 23

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 40, 43, 45, 47, 48, 55, 57, 61, 62, 67, 75, 99, 100, 109, 110, 111, 112, 117, 122, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 146, 148

Transtorno do espectro autista 30, 97, 98, 107, 108, 109

 **Atena**
Editora

2 0 2 0